



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO Nº 30674/2012 (apenso de nº 80.009.233/2007-GDF)

PARECER Nº 679/2013–MF

EMENTA: Aposentadoria especial de magistério. Readaptação funcional. Cômputo do respectivo tempo para fins de aposentadoria especial. Ressalva oposta pelo Órgão de Controle Interno. Manifestação da unidade técnica quanto à possibilidade do cômputo e pela legalidade da concessão, com ressalva e recomendações. Aquiescência do MP.

Cuidam os autos da aposentadoria de Ana Maria Gonçalves da Silveira, matrícula nº 65.526-0, no cargo de Professor, Classe C, Etapa 25-CF I, nos termos de ato publicado no DODF de 22.05.2009.

2. O corpo instrutivo, conforme procedimento simplificado de análise autorizado pela Decisão nº 77/2007, registra, preliminarmente, não haver óbice à apreciação de mérito da presente concessão em face das reestruturações da Carreira Magistério Público operadas pelas Leis nºs 3.318/04 e 4.075/07, uma vez que eventual desfecho de ação judicial sobre a questão não afetará, essencialmente, o direito ao benefício da aposentadoria.

3. Observa, na sequência, que o Controle Interno suscitou dúvidas quanto à comprovação dos requisitos legais para a presente concessão, na modalidade especial de magistério, ante o cômputo de tempo exercido como professor readaptado, fora de regência de classe, além de reflexos para efeito de apuração da Gratificação de Atividade de Regência de Classe – GARC. Consta nos autos que a servidora passou à condição de readaptada a partir de 25.11.2002, desenvolvendo atividades (Projeto de Mães – Flores alternativas, desenvolvendo atividades manuais/artesanais) que, embora ostentem caráter educativo, não se destinam ao público alvo do estabelecimento de ensino.

4. Assevera, porém, que o direito à GARC por professores readaptados encontra arrimo na Lei nº 4.075/07 e que, a teor do art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 769/08¹, as funções educativas por eles exercidas em estabelecimentos de ensino são consideradas de magistério, com vistas ao reconhecimento do direito à referida inativação especial.

5. Salienta, ainda, *“que a Lei nº 11.301/2006, publicada no DOU de 11/05/2005, possibilita a contagem, para fins de magistério, dos períodos nas funções de direção de unidade escolar, as de coordenação e assessoramento pedagógico”*, ressaltando que esse

¹ “Art. 22. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 20, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

Parágrafo único. São consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas as exercidas por professores e especialistas em educação readaptados, bem como as definidas na Lei Federal nº 11.301, de 10 de maio de 2006.”



**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

conceito não se aplica aos especialistas em educação, tendo em conta o decidido pelo e. Supremo Tribunal Federal na ADI nº 3772.

6. Desse modo, concluindo “*que as atividades técnico-pedagógicas exercidas pela interessada podem ser consideradas de efetivo magistério, estando em sintonia com o entendimento do STF*”, e atestando o cumprimento dos demais pressupostos de validade da concessão, manifesta-se o órgão técnico, no mérito, pela legalidade do respectivo ato, com ressalva de que seus aspectos financeiros serão verificados nos termos da Decisão nº 77/2007-AD, sem prejuízo do encaminhamento das seguintes recomendações ao órgão de origem:

“a) acompanhe o desfecho da ADI nº 2010.00.2.010603-2, em tramitação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, abordada no Processo-TCDF nº 12.895/09, e observe eventuais implicações na concessão tratada no presente processo;

b) independente da definição genérica de funções de magistério vinculada ao local de exercício prevista no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 769/2008, atribua aos professores readaptados, respeitadas suas limitações, conforme art. 277 da lei Complementar nº 840/201, atividades material e efetivamente compatíveis com funções de magistério, com vistas a não prejudicar o direito à aposentadoria especial de professor;”

7. Vieram assim os autos ao Ministério Público, entendendo, de pronto, assistir razão ao digno órgão instrutivo.

8. Consta no feito apenso, às fls. 72/74, que, após 2 (dois) anos afastada de suas atribuições plenas, com limitação de atividades, a servidora recebeu alta do Programa de Readaptação Funcional – PRF em 05.11.2002, para “*desempenhar atividades pedagógicas fora de regência de classe, desenvolvendo atividades manuais (artesanais) com pequeno grupo de mães*”, conforme orientação de junta médica da Diretoria de Saúde Ocupacional da SEE. E, após 24 (vinte e quatro) meses nesse regime, à frente do Projeto de Mães – Flores Alternativas, reavaliada, concluiu-se por mantê-la em limitação de atividades, em caráter definitivo, transcorrendo desta forma sua vida funcional até se aposentar.

9. Nesse quadro, insta verificar a legalidade do cômputo, como tempo de serviço para efeitos de aposentadoria especial de professor (com redução de idade e tempo de contribuição), do período em que a servidora esteve em regime de readaptação funcional.

10. É consabido que, até pouco tempo atrás, era inconcebível a concessão de aposentadoria especial a professor readaptado, porquanto as atividades exercidas nessa condição ocorriam fora do âmbito da sala de aula, invariavelmente, em funções administrativas. Isso porque a matéria tinha previsão na Súmula nº 726 do STF, que limitava o cômputo do tempo de serviço ao período de efetiva docência, ou seja, àquele passado em sala de aula. Eis os termos do aludido verbete: “*Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula*”.



**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

11. Por sua vez, esta e. Corte de Contas ostenta sobre a matéria juízo compendiado no Enunciado de Súmula nº 54, estabelecido, todavia, o marco temporal de 29.04.1997 para a sua aplicação, **verbis**:

“Aposentadoria. Tempo de magistério.

Para efeito da concessão da aposentadoria especial de magistério, modalidade restrita ao ocupante de cargo de professor, consideram-se como tempo de efetivo exercício de magistério as atividades de regência de classe, as desenvolvidas no Departamento de Pedagogia e as referentes aos cargos de Secretário de Educação, de Diretor-Executivo e de outros ligados, direta e preponderantemente, ao ensino oficial, até 29.04.97, contando-se, a partir dessa data, exclusivamente o tempo de serviço em sala de aula.”

12. Ocorre que o excelso STF evoluiu seu entendimento no julgamento da ADI 3.772/DF (rel. p/ acórdão Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 27.03.2009), em face do art. 67, § 2º, da Lei nº 9.394/96, com redação dada pela Lei nº 11.301/06², assentando que a atividade de magistério não está adstrita aos serviços prestados em sala de aula, *“abrangendo também a preparação de aulas, a correção de provas, o atendimento aos pais e alunos, a coordenação e o assessoramento pedagógico e, ainda, a direção de unidade escolar”*.

13. Nesse diapasão, se ao servidor público integrante do quadro do magistério é permitido computar, para efeito de aposentadoria especial, o tempo de serviço em atividade administrativa, consoante a novel orientação supra, o mesmo direito não pode ser negado ao professor que, temporária ou definitivamente, afastou-se da regência de classe e que, por recomendação médica, encontrava-se em regime de readaptação funcional, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14. A propósito, entende-se também possível associar ao caso a compreensão de que a readaptação funcional decorrente de limitação da capacidade física ou mental assemelha-se à licença para tratamento de saúde e, assim, não poderia comportar a supressão de direitos inerentes ao exercício do cargo efetivo de titularidade do servidor público.

15. A título de reforço à essência das sobreditas assertivas, os seguintes acórdãos:

“EMENTA Segundo agravo regimental no agravo de instrumento. Servidor público. Magistério. Aposentadoria especial. Contagem do tempo de serviço prestado fora de sala de aula. Readaptação. Possibilidade. Precedente. 1. O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI nº 3.772, consolidou o entendimento de que a aposentadoria especial deve ser concedida aos professores ainda

² “Art. 67 (...)

§ 2º. Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.”



**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

que esses não desenvolvam a atividade de magistério exclusivamente em sala de aula, estando também abrangidas atividades outras, inclusive administrativas, tais como funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico, desde que desempenhadas em estabelecimento de ensino. 2. Agravo regimental não provido.”

(AI 623.097 AgR-segundo / SP, Primeira Turma/STF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 30.10.2012, DJe 14.02.2013)

“Sendo professora, readaptada em razão de doença adquirida no trabalho, continuando a exercer atividades pedagógicas em funções correlatas às do magistério, faz jus ao cômputo desse período de tempo de serviço para fins de aposentadoria especial, prevista no art. 40, § 5º, da Constituição Federal.”

(20080110368530APC, Relator Flavio Rostirola, 1ª Turma Cível / TJDF, julgado em 04.11.2009, DJ de 23.11.2009)

16. Ademais, no agravo regimental no AResp nº 72.801-SC (Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 28.02.2012, DJe de 05.03.2012), o e. Superior Tribunal de Justiça ratificou acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

“MANDADO DE SEGURANÇA - PROFESSOR ESTADUAL - READAPTAÇÃO FUNCIONAL - EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE CARGO DE DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA - CÔMPUTO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL - POSSIBILIDADE - NOVA ORIENTAÇÃO DO STF - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

A readaptação do professor por motivo de saúde decorre de recomendação médica e, a partir do diagnóstico, a Administração Pública é quem determina, com base na limitação da capacidade física ou mental constatada, quais as atividades poderão ser por ele exercidas, de modo que absolutamente nada depende da vontade do docente. Então, se o problema de saúde que leva à Readaptação funcional não depende do livre arbítrio do professor, mormente porque ele não tem esse poder de escolha (adoecer ou não), é evidente que o tempo de serviço referente ao período em que estiver readaptado, exercendo atividades administrativas burocráticas, deve ser computado para fins de aposentadoria especial de professor ou professora. Precedente do STF nesse sentido: RE n. 481798/SC, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 03/06/2009.

De igual modo, de acordo com Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento da ADI n. 3772, o tempo em que o professor exerceu o cargo de Diretor Adjunto de Escola deve ser considerado como "função de magistério" e, por isso, computado para fins de aposentadoria especial.”

17. Nesse diapasão, é plausível fixar-se tese no sentido de que o período laborado em readaptação funcional deve ser computado para fins do benefício da aposentadoria especial de magistério, cabendo, contudo, a ressalva de que referido regime de trabalho tenha-



**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

se desenvolvido somente em estabelecimentos de ensino básico, por professores de carreira, obstada, assim, a utilização do tempo de serviço prestado em órgãos meramente administrativos e pelos especialistas em educação.

18. Na hipótese em apreço, portanto, revela-se correta a postura da SEE/DF ao conceber os benefícios à contagem de aposentadoria especial em relação ao período em que a professora esteve literalmente afastada da sala de aula, por orientação médica oficial, readaptada a outra função, no caso, desenvolvendo atividades educativas voltadas a grupo de mães, mesmo que estranhas à educação básica.

19. No mais, este *Parquet* não vislumbra óbice à recomendação aditada pelo zeloso órgão técnico, ao ensejo do presente exame, no sentido de a jurisdicionada observar, doravante, que aos professores readaptados, respeitadas suas limitações, sejam atribuídas atividades material e efetivamente compatíveis com funções de magistério, com vistas a não prejudicar o direito ao benefício da aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 5º, da Constituição da República.

20. Ante o exposto, presente a regularidade do feito, na essência, em harmonia com a unidade técnica de apoio, o Ministério Público aquiesce às proposições delineadas às fls. 3/4.

É o parecer.

Brasília, 11 de junho de 2013.

**Márcia Farias
Procuradora**